

ÉTICA E ECONOMIA: ANÁLISE E DESAFIO DE UMA INTER-RELAÇÃO

*Sandro Fröhlich*¹

O presente trabalho visa basicamente apresentar e analisar alguns elementos que, embora sejam comuns à ética e à economia, são muitas vezes tomados como antagônicos ou em oposição. Apresenta uma perspectiva histórica e uma análise filosófica, principalmente a partir da filosofia de Aristóteles, perpassando por ideias modernas e apresentando uma visão do economista e filósofo contemporâneo Amartya Sen. Preocupa-se em demonstrar a – nem sempre reconhecida – proximidade ou inter-relação entre a ciência da economia e os estudos da ética.

Embora não se pretenda uma elucidação conceitual aprofundada do que se compreenda por ‘ética’, cabe apresentar, ainda que brevemente, o que se entende, uma compreensão básica do ponto de vista para apresentação da temática. De forma bastante ampla pode-se entender a ética como uma ‘ciência da conduta’, ou como sintetiza Abbagnano, quando apresenta a concepção de ética como “a que considera como ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da *natureza* do homem”. Ou num sentido um tanto distinto, mas que preserva elementos em comum da concepção anterior, a ciência “do *móvel* da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta” (ABBAGNANO, 1998. p. 380).

Por sua vez, a ‘economia’ se caracteriza por um longo desenvolvimento dentro da história da humanidade ou da história do conhecimento, embora muitos a considerem apenas uma ciência moderna ou de idade reduzida. *Oikonomia* pode ser entendida como significando a ‘administração da casa’. Alguns autores, tal como G. Agamben insistem na distinção entre a casa (*oikia*) e a cidade (*polis*). A compreensão do autor italiano é no sentido de ressaltar a economia como a ‘boa administração da casa’, sem deixar de apresentar uma ressalva importante: “*oikos* não é a casa unifamiliar moderna nem simplesmente a família ampliada, mas um organismo complexo no qual se entrelaçam relações heterogêneas, que Aristóteles distingue em três grupos” (AGAMBEN, 2011. p.31). Os complexos de relações citados por Agamben seriam as relações ‘despóticas’ senhores-escravos, as relações ‘paternas’ pais-filhos

¹ IN: PIZZI, J. e SILVA, Márcia Alves da. **Diálogo Crítico-Educativo V. Interlocuções**. Pelotas: Editora UFPEL, 2015, p. 95-107. ISBN: 978-85-7192-963-0

e relações ‘gâmicas’ marido-mulher. Ainda nessa linha de entendimento a economia seria muito mais uma atividade vinculada a um sistema de gerenciamento que a um sistema de normas que constituiria uma ciência; ou seja, muito antes um modo de ser que enfrenta problemas específicos que dizem respeito à ordem funcional, que uma ciência. Numa definição mais moderna e mais comumente empregada, podemos tomar a economia como o “estudo da forma como as sociedades utilizam os recursos escassos para produzir bens com valor e como os distribuem entre os seus diferentes membros” (SAMUELSON/NORDHAUS, 1992. p. 5).

Muito embora as duas ciências sejam tomadas como praticamente oponentes ou excludentes, uma análise mais atenta pode mostrar linhas comuns entre as mesmas. No fundamento da ética encontram-se duas questões cruciais: ‘como devemos viver’ e a questão da realização social – da busca por alcançar o ‘bem para o homem’. Desde essas questões, comuns à ética e à economia – a primeira considerada como a questão socrática e a segunda amplamente desenvolvida por Aristóteles – pode-se perceber que, considerando-se de forma mais aprofundada, há uma conjunção ou uma relação entre os estudos da ética e da economia e que os caminhos trilhados por ambas não percorrem ou levam a destinos tão distintos quanto algumas vezes proposto ou imaginado. Nesse sentido afirma Amartya Sen, que “a economia, em última análise, relaciona-se ao estudo da ética e da política” (SEN, 1999. p. 19). Relação essa abordada por e desde Aristóteles.

Ao se propor uma aproximação ou relação entre os temas da ética e economia é imprescindível trazer para a discussão o filósofo de Estagira. Aristóteles apresenta o tema da economia basicamente em dois pontos de sua vasta obra: na passagem da ‘Ética a Nicômaco’ 5.5 e da ‘Política’ 1.3-5, que não se constitui como uma apresentação ampla sobre o assunto. Conforme se depreende da interpretação feita por Drummond, embora a temática não ultrapasse uma dezena de páginas, as ideias aí apresentadas

condensam os fundamentos éticos e metafísicos do fazer e do agir produtivos, permitindo, com isso, visualizar a economia na acepção ampla de ciência, que trata, em especial, da produção, comercialização e circulação de bens e serviços voltados para atender às necessidades humanas e aperfeiçoar o convívio social (DRUMMOND, 2004. pág. 99).

Embora para a compreensão de alguns a economia tenha nascido na modernidade, principalmente com Adam Smith, é notório que o tema já era discutido, enquanto *episteme* ou enquanto agir prático social, há muitos séculos. Mister ressaltar, preliminarmente, que não é apenas a distância histórica que separa o pensamento de Aristóteles das ideias de Adam Smith, mesmo que em muitos pontos sejam concordantes; há também uma considerável

diferenciação do ponto de vista e da compreensão geral da economia entre ambos. De modo amplo pode-se afirmar que a metafísica da substância é a concepção da ciência do filósofo grego com a qual vai caracterizar a economia como ‘saber do agir e do fazer econômico’.

Como ressalta Drummond em seu estudo, Aristóteles utiliza categorias como valor, troca, dinheiro, riqueza e que todas elas são “formuladas segundo o saber ético e político os quais, por sua vez, estão subsumidos à metafísica que é a matriz organizadora do pensamento científico clássico” (DRUMMOND, 2004. p.16). A partir do questionamento pela substância do Ser, o filósofo necessariamente também apresenta a indagação pela substância do ser da Economia; ou seja, o que vem a ser a economia, ou ainda, qual o objeto da economia? De modo bastante sintético pode-se afirmar que o objeto da economia vem a ser ‘a ação social humana aplicada ao fazer produtivo a fim de suprir necessidades e carências’. E, sendo um saber do agir humano, é um saber da *práxis*, sendo seus domínios principais a Política e a Ética. Ainda, sendo um saber que trata do agir produtivo, vem a ser o saber da *poíesis* (domínio da técnica), constituindo-se assim, um saber *praxiológico* e *poiético*. Racionalidade essa que poderia ser resumida como ‘racionalidade do agir humano e do fazer econômico’.

Aristóteles identifica e, praticamente, estipula os elementos centrais ou o que também poderia ser chamado a substância da economia. Um desses elementos fundamentais em toda relação econômica, dos primórdios aos dias atuais, em suas formas distintas, é a *troca*. Por sua vez, de acordo com a interpretação de Drummond, a substância ou elemento central para o saber econômico na filosofia aristotélica é o valor econômico, que seria “a categoria sobre a qual recai a substância da investigação econômica” (DRUMMOND, 2004. p.20).

Diferente do que se compreende nos tempos hodiernos e das interpretações que se tornam factíveis a partir da leitura de textos de diferentes economistas modernos e contemporâneos, na concepção da ciência aristotélica não é possível uma separação entre o agir humano e o fazer econômico. Ou seja, para Aristóteles ‘o saber ético compõe o núcleo do saber econômico’. Tendo presente que o saber da *poíesis*, conforme o pensador grego, possui sempre uma finalidade, bem como a técnica ou o fazer econômico possuem sempre uma dialética de conhecimento, é possível afirmar que não há uma separação estanque entre o que se compreende como ética e economia. Nesse sentido são esclarecedoras as palavras de Drummond, ao afirmar que para Aristóteles “o fazer da Economia vincula-se a valor moral e é conceptualizado não como fazer econômico em geral ou ciência econômica abstrata, mas como fazer vinculado ao modelo praxiológico do agir” (DRUMMOND, 2004. p. 21).

Importante destacar um elemento que comumente é apresentado como característico quanto à natureza da econômica: sua referência e origem do âmbito da *oikos*, da casa, do lar

familiar. Para autores que precederam Aristóteles em suas discussões quanto à economia (Xenofonte, Platão), prevalece a ideia de ser a economia uma relação familiar, um tema da ética familiar, quase que restrita ao espaço do lar. Assim como a origem da ideia de ética, também a economia refere-se aos hábitos e costumes que são tradicionais nos grupos familiares e a eles pertencem à discussão dos mesmos. E nesse sentido não deixa de ser verdadeira e explicativa a leitura feita por Agamben, sendo a economia, nos tempos primórdios, tanto quanto para os fins e objetivos da *biopolítica*, uma forma de gerenciamento ou administração dos espaços da casa, das relações familiares e enfim, uma forma de governança das pessoas.

A partir das ideias aristotélicas em relação à economia, o tema deixa de estar estritamente vinculado ou adstrito ao lar, mas assume uma perspectiva e ‘invade’ os espaços da *pólis*. Ou seja, principalmente com essa perspectiva a economia não se restringe mais apenas aos costumes ou relações do lar, mas a economia torna-se um problema de *ethos politikos*, uma questão que deve ser discutida em comunidade, um problema, entre outros, que tem relação direta com a vida e a organização da vida política de todos, do Estado.

Um dos conceitos importantes que é trabalhado e sistematizado por Aristóteles é a questão do *valor econômico*. A ideia de valor econômico – elemento fundamental para a ciência da economia e para a compreensão e efetivação de qualquer relação econômica – compreende, por sua vez, as categorias de *valor-de-uso* (qualidade de um bem) e o *valor-de-troca* (quantidade em que o bem se expressa como meio de troca). Conforme defende Drummond, essa categoria “é o núcleo conceptual de onde proveem as noções de comércio, dinheiro, riqueza, juros e produtividade” (DRUMMOND, 2004. p. 22). Ao elaborar tais ideias, estabelecendo esses conceitos, que compõem e circundam toda relação e todo saber econômico, Aristóteles “foi o precursor do que se tornou, a partir do século XVII, a primeira das ciências humanas, a *Economia Política Clássica*”. (DRUMMOND, 2004. p. 22).

Nessa concepção da economia, apresentada por Aristóteles, estão contidos os principais elementos que fundamentam a economia até os dias atuais. Contudo, é importante destacar que a economia do pensamento moderno traçou linhas bastante diferentes e divergentes quanto à concepção aristotélica. Uma das principais leituras distintas e que acaba por estabelecer um grande espaço de fronteira entre o pensamento clássico e a economia moderna é em relação à troca. Para a economia moderna a relação de troca assume um papel como uma relação exata de troca, enquanto que para Aristóteles a relação de troca possuía ainda um fundamento metafísico que a relacionava ao eixo da *práxis*. Por sua vez, ao reduzir o valor econômico a cálculo exato, a modernidade “transfere para a ciência de leis naturais e

rigorosas em cujo cálculo quantitativo e matemático deve expressar-se”. (DRUMMOND, 2004. p.23).

Para a concepção aristotélica baseada num ‘cálculo *praxiológico*’ de valor econômico - e não simplesmente um cálculo de valor matematicamente exato – que pode ser denominada como uma espécie de correspondência analógica, os bens, por seu caráter de irredutibilidade (qualidades distintas) não podem ser reduzidos – e por consequência – trocados como um valor exato e comensurável de troca. Aristóteles defende princípios que não reduzem a relação econômica – de troca e as demais – a um simples cálculo quantitativo-matemático, mas estabelece uma comensurabilidade “proveniente da vida social cuja organização ético-política permite convencionar meios e medidas de trocas de bens desiguais” (DRUMMOND, 2004. p. 24).

Com isso se quer insistir no caráter humano e ético que subjaz e sustenta toda relação e saber econômico a partir da filosofia aristotélica, que em grande medida foi alterada e esquecida com as ideias da economia moderna; as convenções sociais e políticas são sempre em relação e visando o bem das pessoas e as relações econômicas estabelecidas pelas pessoas são meios para alcançarem os fins propostos entre e pelos cidadãos da *polis*. As relações econômicas possuem necessariamente e estão umbilicalmente vinculadas a todas as relações éticas e políticas e não se vislumbra a ciência econômica afastada ou não tendo que se relacionar ou ‘prestar contas’ conjuntamente com as demais ciências do homem.

É bastante notório que a economia moderna não centraliza os fatores políticos e sociais da economia. A partir de A. Smith (considerado por uma grande maioria como o fundador ou pai da economia moderna) a questão moral ou ética fica subsumida privadamente ao sentimento do agente econômico. Condicionando a ética e todo o agir econômico a uma instância do sentimento, da simpatia e ao arbítrio do indivíduo; o saber e as relações econômicas tornam-se elementos da prática, da técnica e, portanto, pouco conectados ou inter-relacionados com os elementos éticos e políticos, inerentes a todo e qualquer cidadão. É o Mercado que determina e condiciona o agir, as opções e praticamente todas as relações econômicas – Mercado que funciona como uma espécie de mecanismo natural e que não deve ser submetido a interpretações críticas, mas ao qual se atribui vida própria.

No que tange à ética e moral, torna-se imprescindível vislumbrar – mesmo que de relance – alguns elementos apresentados por Kant e que possuem uma direta relação com o tema em questão. Kant enfatiza e centraliza novamente o papel da Razão – diferentemente de Smith (que estabelece o sentimento, a simpatia, a afecção privada como elementos primordiais da moral) – em relação à moral; ou seja, o filósofo alemão recupera o princípio

racional da moralidade. O voltar-se à racionalidade implica igualmente a uma tentativa de legislar ou pensar a economia também a partir de uma universalidade, de um olhar que ultrapasse as fronteiras isoladas do individualismo, do lucro privado e do funcionamento natural do Mercado.

O pensamento de Kant retoma e repõe categorias fundamentais, tais como a autonomia e liberdade que acabam se confrontando com alguns tópicos da economia moderna que preconiza a determinação natural e automática do Mercado e das relações econômicas. As ideias de Kant nos permitem visualizar que há elementos da economia que são apresentados como verdadeiros, inatos ou quase ‘sacralizados’ que nem sempre passam de falácias, pois como poderia se afirmar de ‘livre iniciativa’ num Mercado que é absoluto ou que possui leis e formas naturais de funcionamento que independem e não levam em consideração as necessidades, as dificuldades, as misérias e mesmo os diferentes talentos humanos? Uma forma resumida de ver a questão, pode ser apresentada nas palavras de Drummond:

Kant restabelece o primado da Razão na Ciência e na Ética quando os empiristas pensavam que o sentimento o havia revogado, embora, no vácuo do solipsismo e do formalismo da moralidade e da ciência kantianas, permaneça em vigência o positivismo nas Ciências Humanas e Sociais e o uso do Desejo em nome da Liberdade para justificar a moral utilitarista e hedonista da cultura contemporânea (DRUMMOND, 2004. p. 167).

O que transparece ou talvez se visa transmitir em grande medida é que a economia ou os economistas não se ocupam ou não se atentam para questões humanas; que essa é uma ciência calculista, fria, com princípios e metodologias naturais imutáveis que não podem levar em consideração o lado humano, as motivações e necessidades humanas, que a economia não se ocupa ou não possui relação direta com pessoas reais. Embora nem sempre transpareça ou fique explícita, é inegável que a ciência da economia busca responder e também tem como ‘pano de fundo’ uma pergunta imprescindível: ‘como podemos ou devemos viver - melhor?’. Há ainda, certa tendência a ‘forçar’ uma separação entre a ética e a economia, quando se afirma categoricamente que não existe a mínima possibilidade de pensar ou conciliar a economia, quando os princípios éticos são tomados em consideração. Seria essa então uma condição intransponível ou seria uma forma intencional de atuação que visa justamente garantir a separação entre ética e economia?

Um dos autores que atualmente debate essa relação entre a economia e ética é Amartya Sen. Conforme a interpretação desse pensador, embora a economia e a ética tenham tido um nascedouro único – ambas relacionadas à política – cada uma delas se relaciona de forma distinta. Para Sen, a economia tem duas vertentes, uma que possui uma relação

concernente ao que ele denomina como ‘ética’ e outra concernente a ‘engenharia’. A perspectiva ‘ética’ ancora-se na filosofia de Aristóteles, como já demonstrado no decorrer desse trabalho. Embora o pensador grego reconheça que a economia tenha uma relação direta com a busca da riqueza, em níveis mais profundos vincula outros estudos e saberes, com objetivos diferentes e mais básicos; ou seja, a busca da riqueza não é o único e último bem que o ser humano busca alcançar, mas há outros que são mais importantes e imprescindíveis, tais como o bem comum, a amizade, a felicidade...

Dentro da perspectiva aqui adotada, o pensador indiano insiste na ideia da impossibilidade de dissociar a ética da economia, tendo presente principalmente dois pontos ou questões cruciais. Uma delas seria o que ele denomina como ‘concepção da motivação relacionada à ética’. Há sempre uma motivação humana ligada à ética quando o indivíduo se questiona ‘como devemos viver’. As respostas a essa questão e outras vinculadas ou que a acompanham em sentido muito próximo, exigem deliberações e posturas que não são irrelevantes para os aspectos éticos e que necessariamente envolvem elementos da economia. Ou seja, há uma relação intrínseca na relação economia-ética, seja tanto como ciência, seja como posicionamento ou comportamento existencial, de vida prática.

Outra questão apontada por Sen é a ‘concepção da realização social relacionada à ética’. A realização buscada pela economia não se restringe apenas a uma realização pessoal ou ao ‘bem do homem’, mas agrega também o elemento social, de realização social, de um ‘bem’ ou ‘fim’ que seja alcançado por e para uma nação, para um Estado... Essa questão ou concepção “não pode deter a avaliação em algum ponto arbitrário como ‘satisfazer a eficiência’. A avaliação tem de ser mais inteiramente ética e adotar uma visão mais abrangente do ‘bem’” (SEN, 1999. p. 20).

A abordagem da ‘engenharia’, segundo Sen – e em certa concordância com a perspectiva apontada e elucidada por Agamben – se caracteriza mais por questões de administração, ou como afirma o autor indiano, essa abordagem caracteriza-se por “ocupar-se de questões primordialmente logísticas em vez de fins supremos e de questões como o que pode promover o ‘bem para o homem’ ou ‘como devemos viver’” (SEN, 1999. p. 20). Como se pode imaginar pela intitulação recebida pela abordagem – ‘engenharia’ – a perspectiva adotada e seguida nesse viés conceitual vislumbra a economia como uma ciência matemática, calculista, com fundamentos naturais quase invioláveis. Ou, como apresenta ainda Amartya Sen ao afirmar que essa corrente “considera que os fins são dados muito diretamente, e o objetivo do exercício é encontrar os meios apropriados de atingi-los. O comportamento

humano nessa abordagem baseia-se tipicamente em motivos simples e facilmente caracterizáveis” (SEN, 1999. p. 20).

Mesmo que se faça esta diferenciação ou caracterização entre uma abordagem da ‘engenharia’ e uma abordagem que leva mais em consideração as questões profundas da ética, ou questões éticas socráticas e aristotélicas, não se pode afirmar que essas são perspectivas ‘puras’ ou estanques. Há autores e correntes de pensamento que tendem a adotar mais uma perspectiva ou outra, mas não há como descartar totalmente o horizonte da outra corrente. Evidente que, em grande medida com a economia moderna o pêndulo esteve voltado mais para o lado da perspectiva da ‘engenharia’, com uma perceptível diminuição da abordagem ética. Essa perspectiva – ‘engenharia’ – mantém sua hegemonia também no período contemporâneo, vigorando uma postura que visa manter a cisão entre a economia e ética. Ao se analisar as publicações e as ideias de diversos economistas modernos e contemporâneos, “é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real” (SEN, 1999. p. 23).

Embora o distanciamento entre a ética e economia tenha ou possa ter empobrecido a economia como um todo, isso não dá o direito de manter essa separação ou de permanecer apenas na crítica. É preciso reconhecer que a abordagem vinculada à ‘engenharia’ ou a uma economia mais matemática e calculista também possui seus diversos aspectos positivos e que angariou diversos ganhos para a economia como um todo. As abordagens mais técnicas da economia auxiliam na visão ou o entendimento da interdependência social entre as pessoas; abordagens que se tornam verdadeiramente úteis no encaminhamento e resolução de problemas práticos.

Reconhecendo que essa abordagem representa ganhos significativos para a economia como um todo, é imperioso lançar um desafio ainda maior, com o claro intuito de ‘exigir mais’. Nesse sentido são interessantes também as palavras de Amartya Sen, ao escrever que a economia “como ela emergiu, pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humanos” (SEN, 1999. p. 25).

Prevalece para alguns e em certos meios que uma postura racional da economia seria uma postura que centraliza o auto-interesse, uma visão individualista ou egoísta; visão essa que praticamente descarta ou minimiza a perspectiva ética – ética que se preocupa com o bem estar de todos, que se ocupa com a alteridade. Por consequência o afastamento do auto-interesse maximizado simbolizaria ou significaria uma postura irracional ou pouco inteligente.

Embora seja um absurdo afirmar e defender que a maximização do auto-interesse seja unicamente uma escolha racional, é praticamente essa a orientação que se vincula muito em diferentes meios atuais, tais como a mídia, em diversas corporações e empresas... Assumir essa visão de mundo tem ressonâncias efetivas seja no âmbito da economia, bem como na ética – pessoal e coletiva.

Seguindo a crítica apresentada pelo pensador indiano, não se pode afirmar que o êxito de mercados e economias esteja unicamente fundamentado e ancorado numa postura onde todos – indiscriminadamente – pensem primeira e basicamente (ou unicamente) no interesse próprio. Interessantes as palavras de Sen, ao analisar o caso de relações comerciais e econômicas do modelo japonês, defendendo que “existem eloquentes provas empíricas de que afastamentos sistemáticos do comportamento auto-interessado em direção ao dever, à lealdade e à boa vontade tem desempenhado um papel importante no êxito da indústria” (SEN, 1999. p. 34). Com isso não se quer exacerbar ou fazer prevalecer nem um polo extremo (onde somente o auto-interesse conduziria a economia e a sociedade de modo eficiente e satisfatório para todos), nem o outro (onde apenas a coletividade e o altruísmo seriam capazes de servir à sociedade). O que se visa seria justamente uma espécie de equilíbrio, ou numa linguagem aristotélica, uma justa medida – equilíbrio esse que pode variar, seja de uma comunidade para outra, de um período histórico para outro...

A defesa ferrenha da postura de um auto-interesse exacerbado busca se amparar em ideias de Adam Smith, principalmente na memorável parte que constantemente é lembrada e citada: “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter nosso jantar, e sim da atenção que cada qual dá ao próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade, mas ao seu amor-próprio, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, e sim de seus interesses” (Adam Smith). Muitos insistem em enxergar nessa passagem uma defesa incondicional do interesse próprio, egoísta como o motor central da economia e de praticamente todas as relações humanas.

Amartya Sen tece severas críticas a essa leitura ou visão reduzida, atribuída basicamente a Smith. O indiano afirma que nem nessa passagem e nem no contexto geral da produção e do pensamento smithiano pode ser encontrado uma defesa do amor-próprio como a única forma suficiente para a construção de uma boa sociedade. Smith não pretendia e não alicerçava a salvação da economia e a estruturação da sociedade em alguma motivação única – o auto-interesse ou amor-próprio.

Obvio está que não se pretende negar a influência ou a força que exerce sobre o ser humano, enquanto indivíduo ou na coletividade, o amor-próprio, o que não se pode é deixar

passar despreocupadamente ou ausente de críticas uma visão ou uma verdade estabelecida que nem sempre condiz com a realidade ou que é apenas uma parte da verdade. Ao afirmar que o amor-próprio não é o único motor propulsor da motivação e do interesse humano, não se pretende afirmar que o ser humano possui uma natureza ou uma essência caridosa como outras correntes pretendem vislumbrar – visão que beira a ingenuidade.

Se por um lado a visão sob a perspectiva da ‘engenharia’, ou uma perspectiva mais matemática ou calculista da economia trouxe alguns benefícios, igualmente ou em maior medida restam críticas. Claro que não se pode intentar uma visão profética ou de previsão de como as coisas seriam se a postura ao longo da história tivesse transcorrido de forma distinta. O que sim, se torna necessário é desafiar essa postura reducionista, que muitas vezes é atribuída a Smith. Não se busca simplesmente criticar a visão econômica do próprio Smith, mas principalmente de seus leitores e estudiosos que acabam por fazer leituras reducionistas ou incompletas. Nesse diapasão, cabem as palavras de Amartya Sen quando escreve que “é precisamente o estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos que pode ser apontado como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea. Esse empobrecimento relaciona-se de perto com o distanciamento entre economia e ética” (SEN, 1999. p. 44).

Outra forma de analisar a relação ou o certo distanciamento existente entre a economia e a ética é sob o olhar da ‘neutralidade da ciência moderna’. A ciência moderna propunha-se neutra, sem a interferência de valores, sentimentos, interesses; e também a economia como ciência intentava se alçar ao patamar de neutralidade. Conforme a análise de Manfredo Oliveira a ‘máscara’ da neutralidade da economia já não mais vigora e que essa reconhece a impossibilidade de subsistir sem a ética. Em concordância com a perspectiva adotada por Sen, Oliveira não defende a supremacia incondicional da ética (a ética não vigora como a Rainha única dos saberes e também necessita e é factível a receber críticas) e reconhece os inúmeros benefícios da economia, tal como afirma o pensador brasileiro: “se é impossível pensar a ação econômica sem valores éticos, a ciência econômica, enquanto faz vir à palavra o funcionamento do sistema de produção, é um saber indispensável no esforço de realização destes valores” (OLIVEIRA, 1995. p. 08).

A questão não é meramente assimilar questões éticas no campo da economia. Sim, que as questões éticas sejam analisadas e tomadas com mais intensidade e profundidade no campo do agir econômico. Também, não apenas os aspectos da ética poderiam ser mais bem aprofundados ou levados mais em consideração na economia, mas também elementos de outras áreas, como o Direito, a História... Por sua vez, os estudiosos da ética poderiam

também estar ainda mais atentos aos benefícios alcançados com o desenvolvimento da economia e outras áreas de conhecimento. Enfim, o que se visa principalmente lançar o desafio do maior diálogo entre os diferentes saberes e práticas, para se alcançar o fim comum de todos.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARISTÓTELES. *Política*. (Edição bilíngue: português e grego). Lisboa: Veja, 1998.
- _____. *Ética a Nicômaco*. Bauru: EDIPRO, 2002.
- DRUMMOND, Arnaldo F. *Morte do mercado: ensaio do agir econômico*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.
- OLIVEIRA, Manfredo A. *Ética e economia*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- SAMUELSON, Paul; NORDHAUS, William. *Economia*. 14.ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1993.
- SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.